



RISCOS FINANCEIROS

Enquadramento

Na sequência do surgimento no 2º semestre de 2008 da crise financeira e económica internacional, o ano de 2009, particularmente o seu primeiro trimestre foi caracterizado pela ameaça de depressão económica e pela intervenção de diversas autoridades monetárias na tentativa do controlo dos mercados financeiros como forma de inverter o sentido vigente de desconfiança dos agentes económicos e financeiros. O mercado já incorporava uma descida generalizada dos preços dos bens e conseqüentemente da inflação e da contracção do crédito pela indisponibilidade de liquidez. Como medida de retoma económica, foi forçada pelos Bancos Centrais a descida das taxas de juro de referência, que atingiram níveis mínimos históricos, com a banca comercial, porém, a aumentar os spreads de crédito e revendo em alta os já contratados.

A CP aproveitou a situação de taxas de referência baixas procurando que os empréstimos a taxa variável aumentassem o peso relativo na sua carteira, passando os mesmos a representar 37,1% (em 2008 eram de 33,1%), conforme gráfico:



[Handwritten signatures and initials]





Taxa Média de Financiamento

Em consequência dos baixos níveis atingidos pelas taxas variáveis de mercado, e apesar do aumento da dívida verificado em 2009, os juros dos financiamentos comparados com 2008, tiveram uma redução de 37,3%.

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009
Juros	70.538	86.888	114.570	137.570	84.682
Aval	1.372	1.438	1.444	1.436	1.647
Outros encargos	1.614	1.557	1.814	1.800	1.952
Encargos Financeiros	73.524	89.883	117.828	140.806	88.280
Dívida Remunerada	2.481.330	2.577.699	2.725.028	2.924.355	3.399.278
Taxa média de financiamento com Swaps	2,81%	3,28%	3,39%	3,54%	3,51%

Ao longo dos últimos anos, a CP tem-se financiado a uma taxa que acompanha o valor médio anual da Taxa Euribor a 6 meses. No último ano porém, a taxa média de financiamento não teve uma descida comparável à da taxa euribor a 6 meses por força do agravamento dos spreads de crédito praticados pelo mercado para o conjunto da economia e pelo peso dos financiamentos a taxa fixa.

Instrumentos de Gestão de Risco

A política seguida pela CP nos últimos anos para cobertura de riscos visava a protecção para a subida de taxas de juro que caracterizava os mercados em 2007 e até Agosto de 2008, numa procura de redução dos custos financeiros.

Com o aparecimento da crise e da baixa acentuada das taxas de referência verificou-se uma descida generalizada das taxas juro de curto e longo prazo.



[Handwritten signature]
78
SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa



Alguns dos derivados contratados atingiram as barreiras limite definidas e provocaram um efeito contrário no objectivo inicial.

Com a previsível subida das taxas de referência em 2010 e anos seguintes, conforme é esperado pelos mercados financeiros, há contratos de derivados que voltarão, espera-se, a cumprir os objectivos definidos e assim fazer descer o custo de funding da CP.

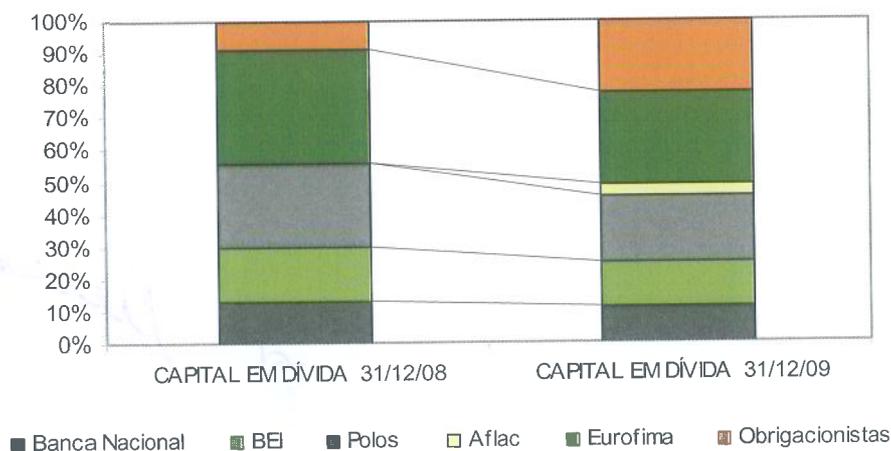
Política de Financiamento

Ao longo de 2009 procedeu-se à utilização das linhas de crédito de curto prazo para apoio à tesouraria, de modo a fazer face às necessidades gerais correntes da actividade da Empresa e ao reembolso de dívida com vencimento neste ano.

Visando uma estruturação desta dívida e a busca de liquidez para responder em parte às responsabilidades vincendas em 2010, a CP emitiu em Outubro um empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros a 10 anos, com aval do Estado e em Dezembro contratou um Private Placement, com a delegação no Japão do investidor americano AFLAC, a taxa fixa, no montante de 15 mil milhões de ienes (cerca de 113 milhões de euros).

Mediante um contrato de swap, converteu-se a moeda japonesa para euros e a taxa fixa ienes passou a taxa variável euribor.

De toda esta movimentação resultou um acréscimo da dívida financeira no montante de 475 milhões de euros, sendo a dívida a 31.12.2009 de cerca de 3,4 mil milhões de euros, distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:



Handwritten signatures and initials in blue and purple ink.





Do total da dívida 64,6% não beneficia de garantia pessoal do Estado, enquanto que em 2008 este valor era de 75,2%.



Handwritten signatures in blue and red ink.

